



E S P E C I A L



Literacia Financeira

O RISCO AGORA É DIGITAL

Portugal tem uma classificação elevada no ranking da OCDE sobre literacia financeira, mas a realidade está em constante evolução e a grande preocupação, atualmente, é com a informação e os canais digitais. Esta é a tónica que os reguladores e os agentes do mercado põem na “Semana da Formação Financeira”

ANÁLISE

Redes sociais são um desafio para reguladores e agentes do mercado ■ P2

GLOSSÁRIO

Dicionário breve de termos financeiros ■ P4

ENTREVISTA

José Gavino
Diretor-geral da Corum Portugal

“A simplificação na forma como os produtos são apresentados é essencial” ■ P5



FÓRUM

O que é necessário fazer para melhorar a literacia financeira? ■ P6

ANÁLISE

Redes sociais são um desafio para reguladores e agentes do mercado

Portugal classifica bem nos rankings sobre literacia financeira, mas o grande desafios dos reguladores é, agora, a literacia financeira digital, que domina as iniciativas desenvolvidas.

VÍTOR NORINHA

vnorinha@jornaleconomico.pt

As redes sociais são o grande desafio, que obriga a um maior esforço das instituições para promoção da literacia financeira. Ainda num recente encontro promovido pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (CNSF), o administrador da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) Rui Pinto alertava para os desafios e riscos de supervisionar e frisava “os reportes sobre ofertas fraudulentas através das redes sociais”, sendo que estão geralmente envolvidas entidades não autorizadas ou não existentes. Sublinhava o gestor que para a preparação de uma geração de investidores mais informados e ponderados é preciso estar atento aos conteúdos publicitados nas redes sociais quanto a decisões de investimento e “alguns enviesamentos comportamentais mais frequentes”. E não esqueçamos uma recomendação da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) onde se afirmava que a literacia e a inclusão financeiras, “aliadas a uma adequada regulação e proteção do consumidor, são fundamentais para aumentar a resiliência financeira e o bem-estar da população”.

Em causa não estão, apenas, investidores individuais, nem apenas jovens, mas também empresas, em particular microempresas. Rui Pinto afirmou, a propósito do relatório da OCDE sobre literacia financeira, que as várias recomendações visam mitigar falhas de mercado, apontando que, para suprir essas falhas, a OCDE sugeria “incentivos à produção de research, emissão e notações de risco de crédito ou mecanismo que assegurem a liquidez”.

Um trabalho deste mês de outubro da consultora Mercer, intitulado “European Asset Allocation 2021”,

refere a importância da sustentabilidade, frisando o “grande aumento de investidores a utilizarem a indexação low-carbon ou climática, em comparação com o ano anterior (26% versus 6%)”. Importante na conclusão deste estudo é o facto de “os fatores regulatórios estarem a diminuir de importância como um elemento motivador para considerar os riscos ESG”.

Portugal bem posicionado

Informações partilhadas pelo vice-governador do Banco de Portugal (BdP), Luís Máximo dos Santos, durante a atual “Semana de Formação Financeira”, que hoje termina, sublinha o sétimo lugar do país no indicador global de literacia financeira, um nível acima da média, segundo o estudo enquadrado no exercício de comparação internacional dos níveis de literacia financeira dinamizado pela OCDE. Máximo dos Santos voltou a referir “a grande importância da literacia financeira para o desenvolvimento e a estabilidade do sistema financeiro e, consequentemente, para o desenvolvimento económico do país”.

A Associação Portuguesa de Fundos de Investimento e Patrimónios Portugueses (APFIPP) tem-se centrado na colaboração com o Plano Nacional de Formação Financeira (PNFF) e na participação na Semana Mundial do Investidor.

Refere Joana Santiago Silva, res-

ponsável pela área da literacia financeira da associação que, “no âmbito da colaboração com o PNFF, destaca-se o apoio ao projeto de produção dos “Cadernos de Educação Financeira”, com a finalidade de apoiar os alunos e professores na abordagem dos temas definidos no Referencial de Educação Financeira. Neste âmbito, o trabalho mais recente foi o “Caderno de Educação Financeira 4”, destinado ao ensino secundário. Adicionalmente, também se tem procurado realizar atividades didáticas em contexto escolar, abordando de forma lúdica temas como: “Poupar”, “Antes de Investir”, “Poupar & Investir”, “Poupar para a Reforma” e “Fundos de investimento”. Destaca ainda a APFIPP o acolhimento para este tipo de atividades que “é muito positivo” e deu o exemplo recente das “Invest Talks”.

A banca, diretamente e através da Associação Portuguesa de Bancos (APB), tem investido na promoção da literacia financeira. A associação do sector destaca o projeto de Cidadania e Responsabilidade social com diversas iniciativas, como o European Money Quis (Jovens/Escolas), um concurso organizado pela Federação Bancária Europeia e dirigido a alunos do 3º ciclo do ensino básico e que coloca anualmente em competição escolas de cerca de 30 países. Decorreram, também, sessões de literacia financeira, dirigidas ao público em geral, que incidem sobre temas como Planeamento e Gestão do Orçamento Familiar, Crédito e Endividamento, Remuneração e Taxas de Juro, Sistema Financeiro e Produtos Financeiros, que decorrem em estreita articulação com a Rede de Bibliotecas Municipais.

Digital em causa

A grande aposta da APB para 2021 e 2022 é o programa de literacia digital, que visa promover um conjunto de competências básicas e contribuir





Unsplash

para a capacitação da população sénior para a utilização dos canais digitais. O programa é composto por 12 sessões de esclarecimento que versam temas como o acesso ao banco online, as operações disponíveis, como fazer transferências e pagamentos, como constituir poupanças ou pedir crédito e que cuidados se devem adotar para uma utilização mais segura dos canais digitais. Estas sessões são gratuitas e abertas ao público em geral e estão a ser promovidas em articulação com as juntas de freguesia e universidades seniores de todo o país. Existem ainda as ações de formação para jornalistas e ações de formação para PME realizadas no âmbito do Referencial de Formação Financeira para Micro, Pequenas e Médias Empresas, desenvolvido com o Plano Nacional de Formação Financeira, o IAPMEI e o Ministério da Economia. Estas ações versam temas como o financiamento e crédito bancário, produtos bancários e sistema financeiro.

Já a CMVM tem apostado na “produção de conteúdos informativos que abordam desde conceitos básicos relacionados com o investimento no mercado de capitais até realidades que ganharam expressividade mais recentemente como os criptoativos”.

“O crescente recurso a redes sociais, que tornaram mais prementes os alertas sobre fraudes digitais”, afirma Maria João Teixeira, diretora do Departamento de Supervisão Comportamental e do Investidor ao Jornal Económico (JE).

Da análise das comunicações dos investidores ao Departamento de Supervisão Comportamental e do Investidor (DCI), bem como através de informação recolhida em grupos internacionais, a CMVM identifica os principais riscos a que o investidor está exposto e suas fragilidades, publicando respostas às perguntas mais frequentes na abordagem a essas questões, sobre temas como “Princípios básicos de investimento”, “Crowdfunding”, “Criptoativos”, “Sustentabilidade”, entre outros.

Na cooperação nacional, destaca-se o Plano Nacional de Formação Financeira (PNFF), do qual a CMVM faz parte desde o início, juntamente com a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) e o BdP. Criado em 2011, no âmbito do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (CNSF), visa contribuir para elevar o nível de conhecimentos financeiros da população e promover a adoção de comportamentos financeiros adequados. A informação é disponibilizada no portal “Todos Contam”, numa linguagem simples, abordando temas relevantes da gestão das finanças pessoais e ferramentas de apoio às decisões financeiras mais importantes, adianta Maria Igreja, representante da CMVM na Comissão de Coordenação do PNFF. “A promoção da educação financeira nas escolas foi assumida, desde o início, como uma das áreas estratégicas, seguida da atuação junto de empreendedores, empresários e gestores de micro, pequenas e médias empresas e o apoio ao desenvolvimento da economia social”, diz. ■

ENTREVISTA | LÚCIA LEITÃO | Presidente da Comissão de Coordenação do Plano Nacional de Formação Financeira

“Literacia financeira é uma componente estratégica da supervisão comportamental”

VÍTOR NORINHA
vnorinha@jornaleconomico.pt

O Banco de Portugal tem reforçado a aposta na educação financeira digital e entende que a formação deve estar relacionada com a capacidade da população na utilização das novas tecnologias, afirma Lúcia Leitão, diretora do departamento de Supervisão Comportamental do Banco de Portugal e Presidente da Comissão de Coordenação do Plano Nacional de Formação Financeira.

Quais os projetos que têm estado a ser desenvolvidos a nível da literacia financeira?

A promoção da literacia financeira é uma componente estratégica da atuação da supervisão comportamental do Banco de Portugal, em complemento à regulação dos deveres de informação das instituições e à fiscalização do cumprimento do enquadramento normativo. Clientes com maior literacia financeira tomam decisões mais informadas e criteriosas na gestão das suas finanças pessoais, promovendo o seu bem-estar individual. Ao escolherem produtos e serviços financeiros adequados ao seu perfil de risco e necessidades financeiras, os clientes afetam recursos de forma mais eficiente e contribuem também para a estabilidade do sistema financeiro e para o crescimento económico.

O Banco de Portugal tem vindo nos últimos anos a promover iniciativas de informação e formação financeira da população. Além da informação divulgada no Portal do Cliente Bancário sobre direitos e deveres associados aos produtos e serviços bancários, promove sessões de formação financeira por todo o país, com o apoio da sua rede regional. São maioritariamente dirigidas a jovens em idade escolar, mas também a adultos e seniores, sendo consideradas as necessidades específicas de cada segmento da população.

O Banco de Portugal e o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social têm trabalhado em parceria para promover os serviços mínimos bancários. Em fevereiro de 2021, iniciaram uma campanha de promoção que envolve a disponibilização de vídeos, cartazes e desdobráveis nos postos de atendimento ao público dos institutos do MTSSS, bem como a publicação de conteúdos e vídeos nos sites e redes sociais das duas instituições.

O Banco de Portugal tem também reforçado a sua aposta na educação financeira digital. Na era digital, a formação financeira estende-se aos aspetos relacionados com a capacidade da população de utilizar as novas tecnologias, o seu conhecimento sobre as características e os riscos as-

sociados aos produtos financeiros comercializados através de canais digitais e a promoção da utilização segura desses canais.

Desde 2018, com o lançamento da campanha de educação financeira digital #ficaadica, que o Banco de Portugal tem vindo a sensibilizar os jovens para os cuidados a ter no acesso, através da internet e de dispositivos móveis (como smartphones e tablets), a produtos e serviços financeiros. Esta campanha envolveu a divulgação de dicas sobre segurança online no Portal do Cliente Bancário e no Instagram do Banco de Portugal, a distribuição de brochuras com as dicas em escolas de todo o país e a dinamização de ações de formação e jogos interativos junto das escolas. Em julho de 2020, a campanha foi reforçada junto da comunidade escolar, através do webinar “Navegar em Segurança – Pagamentos digitais”, dinamizado pela Direção-Geral da Educação e pelo Banco de Portugal, no qual foram apresentados os cuidados a ter na utilização dos canais digitais para aceder a produtos e serviços financeiros, em particular para realizar pagamentos. O webinar foi especialmente dirigido a professores.

Todos os anos, o Banco de Portugal associa-se também às comemorações do Mês Europeu de Cibersegurança (outubro), divulgando no Portal do Cliente Bancário e nas redes sociais dicas sobre segurança digital, autenticação forte e contração de produtos bancários através de canais digitais, por exemplo.

O Banco de Portugal dinamiza ainda o Plano Nacional de Formação Financeira, juntamente com os outros supervisores financeiros - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

e Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Como é feita a cooperação com outras instituições ligadas ao mercado de capitais?

O Plano Nacional de Formação Financeira, promovido pelo Banco de Portugal, Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, conta com o apoio de um conjunto alargado de parceiros, incluindo ministérios, associações do setor financeiro, associações de consumidores, e universidades.

As associações do sector financeiro têm tido um papel fundamental na promoção de iniciativas de formação dirigidas aos mais variados públicos e, em particular, têm apoiado o Plano Nacional de Formação Financeira na dinamização da Semana da Formação Financeira e na preparação de materiais pedagógicos dirigidos aos alunos e professores.

O Plano Nacional de Formação Financeira não trabalha diretamente com as instituições do setor financeiro. Apenas trabalha diretamente com as associações representativas do setor ou com as instituições financeiras, quando enquadradas pela respetiva associação setorial, por forma a evitar conflitos de interesse e cumprir os Princípios Orientadores das Iniciativas de Formação Financeira do Plano.

O que é necessário fazer para melhorar a literacia financeira?

A literacia financeira envolve conhecer as características e riscos dos principais produtos e serviços financeiros, bem como adotar atitudes e comportamentos financeiros adequados.

Os produtos e serviços financeiros estão cada vez mais presentes no nosso dia-a-dia e promover a literacia financeira significa contribuir para que as pessoas tomem decisões financeiras mais informadas e conscientes. As decisões financeiras que as pessoas tomam diariamente têm um impacto muito importante na sua vida pessoal e no bem-estar individual e, por isso, a literacia financeira é uma questão considerada muito relevante para a generalidade dos cidadãos.

A situação de pandemia e as medidas de confinamento tiveram um impacto muito significativo na generalidade das atividades económicas, com consequências negativas para as condições financeiras das famílias. Este contexto veio evidenciar, mais do que nunca, a importância da formação financeira e do seu papel no reforço da resiliência financeira das famílias, ao contribuir para dotar os indivíduos de capacidade de reagir a choques adversos que afetem as suas finanças pessoais. ■



“
As associações do sector financeiro têm tido um papel fundamental na promoção de iniciativas de formação

GLOSSÁRIO

Dicionário breve de termos financeiros

Para compreender o mundo financeiro é fundamental conhecer a sua linguagem, para se poderem tomar melhores decisões. Aqui ficam alguns conceitos-chave para apoio.

JOÃO DE BARROS

jbarros@jornaleconomico.pt

BENEFÍCIO DA EXCUSSÃO PRÉVIA

Faculdade que permite ao fiador recusar o cumprimento da obrigação objeto da fiança, opondo-se à execução dos seus bens, enquanto o credor (instituição de crédito), não tiver esgotado todos os bens do devedor para obter a satisfação do seu crédito ou se, tendo-o feito, o fiador conseguir provar que o crédito não foi satisfeito por culpa do credor. Se o fiador renunciar a este benefício, assumindo-se como “principal pagador”, significa que o credor pode, em caso de incumprimento do devedor, interpelar logo o fiador para cumprir e, caso este não cumpra, executar o seu património, independentemente da existência de bens do devedor.

BUNDLING

O mesmo que vendas associadas facultativas (comercialização conjunta de produtos e serviços financeiros, associando um produto base a outros produtos financeiros).

CASH ADVANCE

Levantamento de dinheiro a crédito. É a possibilidade conferida ao titular de um cartão de crédito de levantar dinheiro a crédito. O valor deste levantamento é lançado na respetiva conta-cartão. A utilização está sujeita ao pagamento das taxas de juro e comissões que devem constar das condições gerais de utilização acordadas com o respetivo emissor do cartão.

CO-SEGURO

Operação pela qual diversos seguradores cobrem, de forma conjunta, um risco através de um contrato de seguro único, com as mesmas garantias e idêntico período de duração e com um prémio global.

CONTRACTS FOR DIFFERENCES (CFD)

Instrumento financeiro que resulta de um acordo estabelecido entre o intermediário financeiro e o investidor que permite trocar a diferença de valor entre o momento de abertura e o de fecho do contrato sobre um determinado ativo subjacente.

CRÉDITO CONEXO

Contrato de crédito garantido por hipoteca que incide, total ou parcialmente, sobre um imóvel que simultaneamente garante um contra-

to de crédito à habitação celebrado com a mesma instituição de crédito.

CRÉDITO “GRATUITO”

Crédito inicial de que o titular de um cartão de crédito beneficia e cujo prazo começa no momento em que efetua uma compra com o cartão e termina na data de pagamento do primeiro extrato subsequente à compra e em que a mesma já vem incluída. Tal como o nome indica, não vence juros.

CRÉDITO “RENOVADO” OU REVOLVING

Contrato em que é estabelecido um limite máximo de crédito que pode ser utilizado ao longo do tempo e reutilizado à medida que o saldo em dívida vai sendo amortizado. É o caso típico dos cartões de crédito ou das facilidades de descoberto.

DAÇÃO EM CUMPRIMENTO

Consiste numa forma de extinção das obrigações. Através da dação em cumprimento, o devedor pode entregar, para cumprir a sua obrigação, uma coisa diferente daquela que constitui o objeto dessa obrigação, considerando-se que, com tal entrega, a sua obrigação se extingue.

DISTRATE Extinção de um contrato por acordo entre partes. No âmbito de um contrato de crédito à habitação, distrate refere-se ao documento que formaliza a extinção da hipoteca, por força da extinção da dívida perante a instituição de crédito.

FACTORING

Atividade desenvolvida por uma instituição financeira especializada na compra de créditos. Consiste na aquisição de créditos a curto prazo, resultantes da venda de produtos ou da prestação de serviços.

FUNDO DE GARANTIA DE DEPÓSITOS (FGD)

O fundo de garantia de depósitos tem como missão garantir o reembolso do valor global dos saldos em dinheiro de cada depositante, de acordo com determinadas condições, nomeadamente quando aquele valor não ultrapasse 100 000 euros, por instituição de crédito e por depositante, e desde que os depósitos da respetiva instituição de crédito se tornem indisponíveis. O fundo pode também intervir a título preventivo, colaborando, com carácter transitório, em ações destinadas a

restabelecer as condições de solvabilidade e de liquidez de instituições de crédito participantes, no âmbito de planos de recuperação e saneamento conduzidos pelo BdP.

FUNDOS DE INVESTIMENTO HARMONIZADOS

Fundos cuja política de investimento, o nível de risco assumido e os procedimentos para a divulgação de informação respeitam os requisitos e limites definidos nas diretivas comunitárias dos organismos de investimento coletivo. Aos fundos harmonizados é atribuído um passaporte europeu, designado de passaporte europeu do prospeto, podendo, por isso, ser comercializados em toda a UE.

INDEXANTE

Taxa de juro utilizada como referência nos empréstimos e depósitos a taxa variável. O juro aplicável é calculado a partir da taxa de juro nominal que corresponde à soma do valor do indexante com um spread. A Euribor é o indexante utilizado. Nos contratos de crédito, o valor do indexante é revisto com uma periodicidade igual à do prazo a que o mesmo se refere.

JURO CORRIDO

Juro correspondente a um determinado período de tempo, que ainda não foi recebido (depósito) ou pago (empréstimo).

MÚTUO

Contrato de empréstimo em que o mutuante (instituição de crédito) financia num determinado montante o mutuário (cliente), ficando este obrigado ao pagamento do capital em dívida, dos juros e de outros encargos. Também conhecido por empréstimo.

OBRIGAÇÕES SUBORDINADAS

Títulos de dívida que diferem das restantes obrigações clássicas, a taxa fixa ou variável, sobretudo por, em caso de falência da entidade que as emite, só serem reembolsadas depois dos demais credores. O nível de risco associado é superior à maioria dos restantes tipos de obrigações.

PASSAPORTE EUROPEU DO PROSPETO

Passaporte atribuído aos fundos de investimento harmonizados, que lhes permite serem comercializados em toda a União Europeia.

RESSEGURO

Mecanismo de transferência de riscos de um segurador para outro segurador ou ressegurador.

SACADO

Instituição de crédito que procede ao pagamento de um cheque, emitido pelo sacador, ao seu beneficiário.

STOCK SPLIT

Incremento do número de ações de uma determinada sociedade, mediante o desdobramento das ações existentes em outras de menor valor nominal.

SUBROGAÇÃO

Ação exercida por um segurador com o fim de obter do responsável pelo dano o reembolso de uma indemnização paga ao beneficiário do contrato.

SWAP DE TAXA DE JURO

Contrato celebrado entre duas partes que se obrigam a pagamentos recíprocos por referência a uma taxa de juro futura durante um determinado período de tempo. Destina-se a transformar uma exposição a uma taxa de juro fixa na exposição a uma taxa de juro variável, ou vice-versa. ■



Gillian Vann/Unsplash



Cristina Bernardo

ENTREVISTA | JOSÉ GAVINO | Diretor-geral da Corum Portugal

“A simplificação na forma como os produtos são apresentados é essencial”

Principal desafio da literacia financeira é duplo, defende José Gavino. Por um lado, simplificar a forma como os produtos financeiros são apresentados. Por outro, informar e formar os clientes.

FILIPE ALVES
falves@jornaleconomico.pt

O diretor geral da Corum em Portugal acredita que é necessária uma estratégia nacional para reforçar a literacia financeira dos portugueses, que envolva os supervisores, os intermediários financeiros, as escolas e as instituições da sociedade civil. A gestora de fundos imobiliários espera uma melhoria das rentabilidades no próximo ano, depois de em 2019 e 2020 a pandemia de Covid-19 ter tido um impacto “praticamente nulo”, garante José Gavino.

Na sua opinião, quais são os principais desafios na literacia financeira em Portugal?

O principal desafio a nível global, Portugal incluído naturalmente, é um trabalho duplo de simplificação da forma como são apresentados os produtos financeiros e o aumento da literacia através da informação e formação a clientes. Este é um ponto que muito defendemos na Corum Investments, apresentamos os nossos produtos de forma simples, clara e transparente. Por outro

lado, a literacia financeira está muitíssimo ligada à literacia e às habilitações académicas o que faz com que Portugal compare mal com os restantes países da UE (existe uma correlação positiva entre as habilitações académicas e a propensão para investir, segundo estudo da CMVM). Logo o desafio é de literacia no senso lato do termo. Finalmente, considero que os bancos e as gestoras de ativos têm o enorme desafio de manter as suas equipas comerciais não só formadas e informadas, mas orientadas para uma apresentação clara, pedagógica e comparativa dos produtos. Esta apresentação deve ainda ser adaptada ao interlocutor, só assim se poderá trazer mais portugueses para literacia financeira.

O que falta fazer para melhorar a literacia financeira dos portugueses?

O caminho ainda é longo, nós na Corum mUM Investments notamos a diferença do feedback que recebemos de clientes nos vários países onde estamos implantados. O trabalho de literacia financeira é um trabalho de longo prazo, deve

começar nas escolas com uma orientação para a gestão de um orçamento e da poupança. Este trabalho é também uma obrigação da sociedade como um todo. O Banco de Portugal e a CMVM têm o seu papel, os intermediários financeiros têm o seu papel, as escolas têm o seu papel, e porque não outras organizações da sociedade civil como por exemplo já acontece com a CFA Society Portugal. No imediato apenas os distribuidores de produtos financeiros podem fazer a diferença. É primordial que as equipas comerciais dos bancos, sociedades gestoras ou intermediários financeiros passem a ter um trabalho e um cuidado de esclarecimento do cliente final. Sem olhar apenas o interesse da venda, mas também ao esclarecimento, aconselhamento e a comparação das opções de investimento e poupança disponíveis para os seus clientes. Olhando noutra prisma vemos que os reguladores, bem-intencionados, obrigaram os produtos financeiros a apresentarem-se através de documentos europeus, transversais e desinteressantes para o investidor. Vale a pena retomar uma iniciativa britânica do fim dos anos 70, *Plain English Campaign*, onde se procura incessantemente a simplificação das mensagens comerciais, legais e regulamentares. A clareza é certamente um caminho para a literacia financeira dos portugueses.

A proposta de OE2022 apresentada pelo Governo (e chumbada esta semana no Parlamento) tinha as medidas certas para incentivar a poupança e o investimento dos particulares?

A luz do que é conhecido, tanto quanto pude perceber, não existe qualquer medida ou preocupação com a poupança e investimento neste orçamento de Estado.

No próximo domingo, 31 de outubro, assinala-se o Dia Mundial da Poupança. O que falta fazer para incentivar a poupança? Nomeadamente do ponto de vista fiscal.

A resposta a sua pergunta poderia ser uma simples enumeração: reduzir impostos no trabalho e na poupança, simplificar regras fiscais em IRS e aumentar incentivos na poupança de longo prazo. É fundamental incentivar a poupança, numa ótica formativa e numa ótica fiscal. No que toca à ótica formativa, é preciso mostrar com exemplos que se pouparmos um euro por dia no café, no bolo ou na raspadinha vamos ter mais 30 euros ao fim do mês que em 20 anos serão 7.200 euros, investidos e capitalizados num produto de longo prazo a uma média de 3% ano chegamos a quase dez mil euros. Um simples euro. De acordo com o INE, um casal sem filhos recebeu em média cerca de dois mil euros líquidos por mês, ou seja se usarmos uma taxa de poupança de 10% e o raciocínio anterior chegamos a quase 66.000 euros em 20 anos. Já em relação à ótica fiscal, a realidade portuguesa é na minha opinião muito desadequada. Portugal é um dos países com a taxa mais

baixa da poupança da União Europeia. Em parte, devido aos impostos sobre o trabalho uma vez que mais de metade do rendimento disponível dos portugueses têm origem exatamente no trabalho. Isto é, como mais impostos há menos rendimento disponível logo menos poupança. A taxa de poupança atingiu um máximo de 14,2% em junho quando, em igual período, chegou a 21,4% em França: uma diferença muito relevante. A via fiscal é claramente uma forma eficiente de incentivar a poupança, senão vejamos o exemplo dos PPRs noutros tempos onde os benefícios fiscais eram mais evidentes. Ainda os há. A visão deve ser o longo prazo, ou seja incentivar poupança recorrente com objetivo de longo prazo. Para a reforma, um curso para os filhos, uma casa, etc. Existe esse incentivo nos seguros de capitalização e PPR, parece importante que seja alargado a mais produtos. Assim, acredito que se deva e que se pode incentivar a poupança pela via fiscal. Seja reduzindo os impostos sobre o trabalho, seja beneficiando os investimentos e poupanças de longo prazo. Esperava-se pelo menos, uma busca pela simplificação fiscal, exatamente a caminho contrário ao que está a ser percorrido. Por fim, é preciso que seja bem comunicado. A maior parte destes benefícios são totalmente desconhecidos do grande público.

Agora falando da Corum, quais são as vossas perspectivas para 2022? Em que áreas esperam maior crescimento?

A Corum tem as características todas que aqui fomos falando. Tem um objetivo de simplicidade e transparência claro. Tem uma visão de longo prazo muito marcada que não segue as modas do momento, neste caso no imobiliário. O facto de termos como política de investimento o Imobiliário Comercial (compra de escritório, lojas, fábricas, hotéis, logística, etc.) sempre tendo como primeiro filtro a capacidade financeira do arrendatário e um contrato de longo prazo, levamos a acreditar que a melhor forma de gerir não é submeter-nos aos ciclos de mercado, mas tirar partido deles. Isto resultou num impacto praticamente nulo de COVID nas rentabilidades de 2019 e 2020, e ainda com perspectivas de melhorias já em 2021. Assim, em 2022 esperamos encontrar oportunidades de compra de imóveis em setores negligenciados como os hotéis e oportunidade de venda em setores que todos procuram com a saúde. Aliás, tal como aconteceu em junho e voltará a acontecer em dezembro, a venda de um edifício e laboratório arrendados a uma empresa farmacêutica na Holanda permite uma mais-valia significativa que resulta em mais rentabilidade para os nossos clientes. No que toca à nossa presença em Portugal, temos a perspectiva de continuar a crescer a bom ritmo em número de clientes e volume sob gestão dado selo de qualidade em que 2019 e 2020 se tornaram para os nossos fundos: foi comprovada a qualidade da estratégia implementada desde 2012. ■



É fundamental incentivar a poupança, numa ótica formativa e numa ótica fiscal. Reduzir impostos no trabalho e na poupança, simplificar regras no IRS e criar incentivos à poupança

FÓRUM

Como melhorar a literacia financeira em Portugal?

O Jornal Económico ouviu responsáveis de várias entidades do sector financeiro português para tentar compreender de que forma será possível reforçar a literacia financeira dos portugueses.

- 1. O que é necessário fazer para melhorar a literacia financeira?
- 2. Quais são os principais riscos para quem investe em mercados sem os conhecimentos suficientes?



MARIA IGREJA
Representante da CMVM na Comissão de Coordenação do PNFF



MARIA JOÃO TEIXEIRA
Diretora do Departamento de Supervisão Comportamental e do Investidor da CMVM

1. É necessário fomentar mais a educação financeira, eventualmente proporcionando-lhe maior destaque no currículo escolar, e aumentar a comunicação sobre a mesma, concretamente sobre alguns temas vitais como poupança, preparação para a reforma, importância da informação, diversificação, perfil de investimento ou custos associados ao investimento. No contexto do PNFF tem sido desenvolvido um trabalho muito relevante em contexto escolar, em parceria com o Ministério da Educação, recentemente reforçado com a assinatura de um protocolo entre o CNSF e o ministério para a promoção da educação financeira. Dentro em breve, dando continuidade ao desenvolvimento de manuais de educação financeira para todos os níveis de ensino – estão já disponíveis os cadernos para os três ciclos do ensino básico e para o ensino secundário – será desenvolvidum documento com as áreas temáticas para os estudantes universitários, que incluirá, nomeadamente, conteúdos mais aprofundados sobre as características dos produtos financeiros existentes no mercado. Um trabalho que evidencia o compromisso em continuar a trabalhar para proporcionar maiores níveis de literacia em contexto escolar e não só. Atendendo ao ritmo de evolução da tecnologia devem também ser mais debatidas as novas realidades de investimento, como as chamadas “plataformas sem comissões”, as redes sociais como fonte de informação, os “influencers” ou os enviesamentos comportamentais mais comuns no

investidor nacional, como forma de melhorar a literacia financeira do investidor. O reforço da estratégia de utilização de meios digitais será, assim, uma prioridade para esta nova fase de formação pós-covid, passando a mesma por dinamizar e enriquecer os conteúdos da área do investidor do site da CMVM e do portal Todos Contam, e por completar a plataforma de e-learning Todos Contam. Finalmente, acreditamos que é importante comunicar por canais distintos para disseminar as mensagens, nomeadamente os mais usados pelos cidadãos em geral e também pelos investidores, como as redes sociais, os podcasts, a rádio e a televisão.

2. Os principais riscos, como de resto em todos os investimentos sejam ou não do mercado de capitais, são a perda parcial ou total do capital aforrado e ser alvo de fraude por entidades não autorizadas. É por isso fundamental que os investidores conheçam e percebam os produtos e alternativas de investimento, as entidades com as quais pretendem estabelecer uma relação contratual e, também, conhecerem-se a si próprios para avaliarem as opções de investimento, nomeadamente se são adequadas ao seu perfil como investidor e ao seu nível de conhecimento, experiência, objetivos de investimento e situação financeira.



PAULO MONTEIRO
Administrador da Invest Gestão de Ativos

1. No caso particular da Invest Gestão de Activos, em conjunto com o Banco Invest, continuaremos a investir na criação de conteúdos informativos e formativos sobre a importância da poupança e da correcta diversificação dos investimentos, num contexto em que os tradicionais depósitos a prazo deixaram de ser suficientes para assegurar o poder de compra no futuro. Os mercados financeiros têm crescido em dimensão e complexidade pelo que a tomada de decisões financeiras conscientes se reveste da maior importância tanto ao nível da definição de objectivos de vida como ao nível do planeamento para os concretizar.

2. Existem vários erros de percepção quando se fala no investimento em bolsa e nos mercados financeiros em geral. O principal erro talvez seja o de que o investimento nos mercados, sobretudo accionistas, serve ficar rico em pouco tempo. Esta percepção tende a conduzir à assunção de riscos potencialmente desproporcionais que, em períodos de maior turbulência e volatilidade nos mercados leva, inevitavelmente, a resultados negativos. Neste sentido, sozinhos ou com apoio profissional de intermediários financeiros, os investidores devem definir objectivos realistas para os investimentos, assim como um plano para os atingir. Os mercados financeiros permitem ganhar exposição à evolução da economia mundial e tendem a remunerar a paciência e a disciplina na implementação do referido plano. Mas sem um plano de investimento o risco aumenta significativamente.



RICARDO EVANGELISTA
Diretor executivo da ActivTrades Europe

1. A literacia financeira depende por um lado do grau de educação dos indivíduos, mas também da consciencialização que estes tenham de que ela é importante. A inclusão da literacia financeira nos currículos escolares ajudaria com certeza; o que também ajudaria seriam campanhas públicas de consciencialização, que explicassem as especificidades das várias opções disponíveis para os consumidores e também o impacto futuro que as decisões tomadas no âmbito financeiro podem ter futuro dos indivíduos e das suas famílias.

2. O principal risco é o de perder todo o capital ou, em alguns casos, até incorrer em dívidas, por falta de entendimento dos riscos, dos produtos em que se investe e das ferramentas disponíveis para gestão dos mesmos. Alguns investidores encaram a negociação nos mercados como se se tratasse de um jogo no casino - o que normalmente acaba mal. É muito importante ter uma estratégia bem delineada e segui-la. Para além disso, é, também, fundamental um conhecimento profundo dos mercados em que se investe e uma gestão eficaz do risco (utilizando ferramentas como ordens stop e take profit, por exemplo).



EMANUEL SILVA
Presidente da Comissão Executiva da IM Gestão de Ativos

1. No seu plano anual de atividades, a IM Gestão de Ativos tem desenvolvido ao longo dos anos várias iniciativas de divulgação e formação dos diferentes intervenientes no processo de distribuição dos Fundos geridos pela sociedade, assentes nas estruturas dos Bancos Comercializadores com quem a sociedade estabeleceu acordos de distribuição. Atualmente a sociedade conta com 8 entidades financeiras locais com as quais se desenvolve regularmente programas de divulgação e informação das atividades de mercados financeiros, legislação e regulamentação em vigor e instrumentos financeiros comercializados. Estes eventos eram inicialmente realizados de forma presencial, sendo que, a partir de 2020, por efeito do enquadramento pandémico que todos vivemos, passaram a realizar-se através de canais digitais, tendo sido efetuados no ano de 2020, 25 sessões e no ano de 2021, até a presente data, já ultrapassou mais de 100 sessões. Adicionalmente, cumpre destacar o importante papel que tem vindo a ser desempenhado pela associação representativa do sector, a APFIIP, que ao longo dos últimos anos tem desenvolvido um importante plano de divulgação e promoção da literacia financeira.

2. Os riscos de investir de forma pouco informada centram-se na não conformidade do efetivo perfil do investidor com os investimentos realizados, podendo originar uma exposição e risco desadequados para o investidor. Ou seja, para dar um exemplo prático, se as minhas poupanças são necessárias para o meu projeto de vida nos próximos dois ou três anos, não devo investir em instrumentos ilíquidos, ou que de alguma forma me possam afetar negativamente o capital que disponho.



RITA MACHADO
Responsável pelo Projeto de Educação Financeira da APB

1. A melhoria dos níveis de Literacia Financeira implica obrigatoriamente um esforço conjunto, alargado e integrado de várias entidades, setores de atividade e sociedade civil. Em Portugal existem múltiplas iniciativas no âmbito da Literacia Financeira, tanto a nível governamental, como setorial e empresarial, mas nem sempre a população em geral está sensibilizada para a sua importância ou tem conhecimento das mesmas. Este é um caminho ainda a percorrer, em que o setor bancário poderá desempenhar um papel relevante, contribuindo para o aumento dos conhecimentos financeiros da população em geral e para a construção, a médio/longo prazo, de um país mais avançado e inclusivo. O programa de literacia financeira da APB inscreve-se exatamente neste desígnio.

2. Penso que o mais importante é precisamente conhecer os riscos. O conhecimento, a compreensão da informação disponibilizada, são armas fundamentais para fazer escolhas mais esclarecidas e responsáveis, contribuindo para a adoção de comportamentos financeiros mais seguros. Quem desvalorizar este aspeto estará sempre numa situação de maior vulnerabilidade face a eventuais riscos. E é esse o principal objetivo de todas as iniciativas desenvolvidas no âmbito da Literacia Financeira - dotar as pessoas do conhecimento e informação base necessários, numa lógica de “prevenção primária”, procurando diminuir o risco da tomada de decisões irrefletidas e desinformadas.

**NUNO MELLO**

Analista
da XTB

1. O mais importante seria que os jovens que completassem o ensino obrigatório, saíssem das escolas já com algumas noções básicas de poupança e investimento. Na escola ninguém nos ensina como devemos gerir o nosso dinheiro e isso seria, sem dúvida, muito importante.

Além disso, a promoção de iniciativas de formação em mercados financeiros por parte das várias instituições financeiras, em articulação com as associações de estudantes, seria fundamental para promover o gosto pela área e aquisição de conhecimentos básicos.

2. Além de todos os riscos que estão subjacentes a qualquer investimento em mercados financeiros – risco de mercado, risco sistémico, risco de liquidez, risco de crédito e risco do país) – existem ainda os riscos relacionados com a falta de conhecimentos ou disciplina do investidor. Na maioria das vezes, as perdas acontecem por desconhecimento da forma de funcionamento do produto, por não utilização de ferramentas de gestão de risco como o *stop loss*, pela abertura de posições demasiadamente grandes para o tamanho da conta, uso excessivo de alavancagem, *revenge trading* e *overtrading*.

**JOANA SANTIAGO SILVA**

Responsável pela Formação
e Literacia Financeira na APFIPP

1. A promoção da literacia financeira não é algo imediato, é um projecto de longo prazo. Reforçam-se conhecimentos hoje para que possam resultar em atitudes e em decisões mais informadas e conscientes no futuro. Neste sentido, será um processo contínuo e que exige o envolvimento e o empenho de vários *stakeholders*.

2. Existe uma expressão que se houve muitas vezes que é “Se não sabe ou não compreende, não invista”. Com isto, não se quer dizer que seja necessário ser um expert, mas importa ter os conhecimentos básicos sobre o funcionamento dos mercados, saber reunir a informação relevante e questionar quando se tem dúvidas. Também relevante antes de investir, é que cada pessoa se conheça enquanto investidor, que analise a sua situação financeira, a sua relação perante o risco e os seus objectivos, de modo que as decisões de investimento que tome possam ter em consideração todos estes elementos e contextos. Um bom investimento, para uma pessoa, não tem que ser obrigatoriamente bom para outra pessoa. E claro, ter presente o princípio da diversificação, seguindo o que diz o ditado: “Não colocar todos os ovos no mesmo cesto”!

**JOÃO QUEIROZ**

Head of Trading
do Banco Carregosa

1. Desde logo conseguir envolver e incentivar os Aforradores e Investidores para estarem devidamente informados e formados sobre estas importantíssimas temáticas associadas à “Literacia Financeira”. A informação, e a formação sobre as mais generalizadas temáticas correntes do quotidiano dos mercados - abrangendo igualmente os diversos tópicos sobre os conceitos da “poupança e do investimento” - permitirão aos aforradores/investidores acompanharem, com conhecimento, as suas aplicações financeiras, que servirão para reforçar complementarmente os sistemas tradicionais de reforma existentes em Portugal, decorrentes dos esquemas de acumulação de poupança ao longo do período de vida laboral.

2. Os principais riscos advêm não só do excessivo foco de retorno no curto prazo mas também a falta de diversificação dos investimentos em termos setoriais, país e divisa; excesso de concentração num ou poucos riscos, que condicionam, posteriormente, a obtenção de retornos positivos no longo prazo. Também se destacam as alocações pobres em retornos como dividendos (ou dividend yield) e juros (ou Yield to maturity), seja numa seleção realizada pelo próprio investidor ou através de gestão passiva realizada por equipas profissionais com fracos “track records” recorrentes. O cenário de baixas taxas de juros em que vivemos, incentivam os investidores a tomarem mais risco para obterem retornos reais positivos. Esta assunção de risco exige ainda mais informação, formação e conhecimento profundo sobre os mercados e instrumentos financeiros para que possam alavancar retornos positivos dos investimentos realizados. Desta forma, o conhecimento e a formação continua em investimentos financeiros e o acompanhamento permanente dos mercados (financeiros), é determinante para os investidores mais autodirigidos. Um acompanhamento de proximidade e com alguma frequência com os “gestores de conta”, para os investimentos através de mandatos de gestão de ativos de qualidade, poderá ser, a solução mais ajustada para a maioria dos aforradores/investidores nacionais.

**JOÃO COSTA**

Country Manager da Expense
Reduction Analysts Portugal

1. O primeiro passo para potenciar a literacia financeira passa por capacitar os líderes com competências de gestão. Trata-se de um processo demorado, pelo que frequentemente a solução assume a forma de ajuda externa. Em Portugal, mais de 90% das empresas são geridas pelos seus fundadores ou por pessoas sem habilitações ao nível da gestão estratégica e de negócios. No ecossistema empresarial o tema da literacia financeira é, assim, um problema de fundação, no qual pessoas sem muita formação específica assumem responsabilidades de gestão, mas desaproveitam oportunidades de crescimento e consolidação. Enquanto consultores de redução de custos, ajudamos as empresas a promover poupanças e a capitalizar sobre otimizações, num contributo que é duplo: para a rentabilidade dos negócios e para a literacia financeira.

2. À partida, o risco que se destaca é o da sustentabilidade dos próprios negócios. Se escalarmos a situação para um nível macro, muitas empresas mal geridas afetam o equilíbrio dos setores de atividade e penalizam o crescimento da economia - no limite, até o desenvolvimento do país. Qualquer investimento sem pensamento estratégico, que inclua objetivos claros e medidas de otimização específicas, representa riscos para o sucesso das empresas, que são peças vitais da engrenagem económica. Para aqueles que têm a responsabilidade de gestão, o risco principal é o insucesso, que replicado por várias empresas, acaba por significar riscos para a sociedade como um todo.

**ELISABETE PINTO PEREIRA**

Diretora-adjunta de Desenvolvimento
e Marketing do Novobanco

1. Com a sofisticação e digitalização das operações financeiras, bem patente na emergência das FinTechs, o tradicional modelo de proximidade da banca tende a ser menos procurado pelas novas gerações que não encontram na banca tradicional uma resposta para as suas necessidades de independência financeira (Movimento FIRE). E é aí mesmo que devemos atacar a iliteracia. A educação financeira nas escolas, baseada em modelos de aprendizagem lúdicos com base em aplicações que hoje as FinTech e mesmo as grandes gestoras internacionais disponibilizam, permitirá construir a base de uma

sociedade que consegue analisar os riscos e características dos ativos em que pode investir e assim, pôr as suas poupanças a trabalhar para si e para os seus objetivos. Consideramos que, todas as vertentes da Literacia Financeira têm uma importância vital quer em termos individuais e familiares, quer em termos sociais e requerem abordagens específicas. Os conhecimentos sobre a elaboração de um orçamento individual ou familiar ou sobre planeamento financeiro são competências que podem ser adquiridas no âmbito de uma escolaridade para a cidadania ou mediante ações pontuais colocadas nos media focal point para cada segmento (programação televisiva, podcast, YouTube) e cujo objetivo é moldar hábitos individuais; o conhecimento sobre investimento implica (i) saber interpretar acontecimentos históricos e políticos, acompanhar variáveis macroeconómicas, saber interpretar a oferta e a procura, a relação de poderes entre várias áreas geográficas, etc., mas também, (ii) conhecer em detalhe os componentes chave (taxas, câmbio, volatilidade, contingências, riscos, direitos e garantias, etc) de cada produto de investimento e, (iii) conhecer os instrumentos de medição e comparação dessas variáveis no contexto de um produto de investimento.

2. Consideramos que existem riscos para quem investe sem conhecimentos suficientes. E existem riscos para quem não investe pelo mesmo motivo. Para quem investe, o principal risco é a concentração dos ativos. No novobanco, temos uma solução para esta necessidade que são as carteiras recomendadas no âmbito do serviço de consultoria para investimento. A diversificação nos e dos investimentos é fundamental. Nos investimentos tem a ver com o tipo de ativos. Os fundos de investimento têm maior dispersão de risco de emitente que uma obrigação ou uma ação cujo desempenho depende de um único nome. Por outro lado, uma ação vende-se (se tiver liquidez) no momento, ao passo que num fundo de investimento, a sua cotação é formado no final do dia. Por estas razões devemos ter diversos tipos de ativos. Dos investimentos tem a ver com a exposição dos ativos. Seja a classe de ativos ou as regiões e modelos de gestão. Para quem não investe por não ter conhecimentos é a perda de valor do seu património financeiro por via da inflação.



PPR Acreditar+

Tenho boas razões para acreditar no futuro

No Santander acreditamos que o futuro
depende do que fazemos no presente.

Seja para investir na **educação dos seus filhos**, na **sua própria formação**
ou para concretizar um **projeto pessoal**, os Planos de Poupança Reforma
do Santander dão-lhe boas razões **para acreditar num futuro melhor**.



Informe-se em
santander.pt

 **Santander**